

Sumário

Introdução.....	1
1. Justificativa.....	1
2. Delimitação do tema.....	5
3. Métodos e técnicas de pesquisa.....	7
Capítulo I – Gênese e Desenvolvimento Histórico e Social das Ações Coletivas.....	9
1. O Microsistema de tutela coletiva na Constituição Federal de 1988.....	9
2. Gênese e evolução histórica das ações moleculares	10
3. Da evolução da tradição romano-germânica às ações moleculares.....	15
3.1. Antecedentes do direito romano e anglo-saxão	17
3.2. As class actions do sistema norte-americano	19
Capítulo II – Princípios Aplicáveis no Microsistema Processual de Tutela Coletiva Trabalhista.....	25
1. Noção de princípio.....	25
2. Princípios gerais do direito	27
3. A distinção entre normas e princípios	27
4. Princípios jurídicos e direitos humanos fundamentais.....	29
4.1. Direitos humanos e direitos humanos fundamentais.....	29
5. Princípios do microsistema processual de tutela coletiva.....	34
5.1. Princípio do acesso à justiça.....	35

5.2. Princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo.....	36
5.3. Princípio da máxima prioridade da tutela jurisdicional coletiva	37
5.4. Princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva	38
5.5. Princípio da presunção da legitimidade <i>ad causam ativa</i> pela afirmação do direito	38
5.6. Princípio da não taxatividade da ação coletiva	39
5.7. Princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva.....	39
5.8. Princípio da máxima efetividade do processo coletivo.....	40
5.9. Princípio da máxima amplitude da tutela jurisdicional coletiva	41
5.10. Princípio da obrigatoriedade de atuação do Ministério Público ...	41
5.11. Princípio da universalidade da jurisdição e da primazia da tutela coletiva adequada	42
5.12. Princípio da participação.....	42
5.13. Princípio do ativismo ou protagonismo judicial.....	43
5.14. Princípio da ampla informação da demanda à sociedade.....	45
5.15. Princípio da extensão subjetiva da coisa julgada secundum eventum litis e princípio do transporte in utilibus	46
5.16. Princípio do microssistema jurisdicional de tutela coletiva	47
5.17. Princípio da adequada representação dos legitimados	48
5.18. Princípio da isonomia real.....	48
Capítulo III – Litigância de Interesse Público e os Direitos Metaindividuais Objeto do Microssistema de Tutela Processual Coletiva	51
1. Desenvolvimento da política de litigação de interesse público.....	51

2. Litigação de interesse público sob a égide da Constituição Federal de 1988	56
2.1. Ações coletivas para a defesa de direitos e interesses individuais....	56
2.2. Ações coletivas para a defesa de direitos e interesses difusos ou coletivos	57
2.3. Ações coletivas para a defesa da constitucionalidade das leis e afirmação de direitos em face da Constituição	59
Capítulo IV – Instrumentos Processuais do Microsistema Jurídico de Tutela Coletiva	61
1. A importância da ação civil pública na litigação de interesse público no Brasil.....	61
2. A importância das demais ações coletivas na litigação de interesse público no Brasil.....	65
3. Ação civil pública	66
3.1. Denominação	66
3.2. Objeto da ação civil pública	68
3.3. Natureza jurídica	70
3.4. Obrigações de fazer, não fazer e de suportar	70
3.5. Cominação de multas e astreintes na ação civil pública	71
3.6. Condenação pelos danos genericamente causados.....	73
3.6.1. Condenação por dano material e moral.....	76
3.7. Fixação do quantum satis da indenização por dano moral coletivo	85
3.8. Cumulação de obrigações de fazer, não fazer e condenação em pecúnia	87
3.9. Legitimidade ativa para o ajuizamento da ação civil pública.....	89

3.10. Representatividade adequada e pertinência temática.....	91
3.11. Legitimidade passiva	95
3.12. Litisconsórcio passivo	96
3.13. Assistência.....	97
3.14. Colegitimados.....	98
3.15. Interessados individuais.....	98
3.16. Competência material	99
3.17. Competência funcional territorial	100
3.18. Competência territorial funcional e a OJ (Orientação Jurisprudencial) n. 130 da SDI-II do Tribunal Superior do Trabalho.....	102
3.19. Prescrição nas ações civis públicas.....	105
3.20. Antecipação dos efeitos da tutela	107
3.21. Alcance e efeitos da coisa julgada.....	108
3.21.1. Coisa julgada	108
4. Ação civil coletiva	110
4.1. Conceito	110
4.2. Natureza jurídica da ação civil coletiva.....	112
4.3. Objeto da ação civil coletiva.....	112
4.4. Fungibilidade das ações coletivas.....	113
4.5. Diferenciação entre ação civil coletiva e consórcio multitudinário.....	115
4.6. Legitimidade ativa.....	117

4.7. A legitimidade do Ministério Público do Trabalho para a defesa dos direitos individuais homogêneos	117
4.8. Litisconsórcio ativo	123
4.8.1. Dos colegitimados	123
4.8.2. Dos trabalhadores individuais	123
4.9. Legitimidade passiva	124
4.10. Competência	124
4.10.1. Competência material e funcional	124
4.10.2. Competência territorial	125
4.11. Prescrição	126
4.12. Reconvenção	128
4.13. Revelia	128
4.14. Renúncia e transação na ação civil coletiva	129
4.15. Litispêndência	129
4.16. Assistência	130
4.16.1. Assistência dos colegitimados e de trabalhadores isolados	130
4.17. Tutelas de urgência na ação civil coletiva	133
4.18. Sentença genérica	133
4.19. Coisa julgada <i>erga omnes</i> e <i>secundum eventum litis</i>	137
4.20. Recursos	139
4.21. Desistência e renúncia do recurso	140
4.22. Execução em sede de ação civil coletiva	140

4.23. Espécies de execução.....	141
4.24. Juízo competente para a execução	141
4.25. Preferência dos créditos provenientes das ações civis coletivas	142
5. Ação de improbidade administrativa.....	144
5.1. Conceito e aspectos materiais da lei de improbidade administrativa.....	144
5.2. Aspectos processuais da lei de improbidade administrativa.....	146
5.3. Prerrogativa de foro.....	147
5.4. Ação civil de improbidade como espécie de ação civil pública.....	149
5.5. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho na ação de improbidade administrativa.....	151
6. Dissídio coletivo de trabalho	153
6.1. Negociação coletiva de trabalho	156
6.2. A Emenda Constitucional n. 45/2004 e reflexos no poder normativo.....	162
6.3. O “comum acordo” (§ 2º do art. 114 da Constituição Federal)...	162
6.4. Limites do poder normativo pelos tribunais do trabalho.....	166
6.5. Limite mínimo.....	167
6.6. Limite máximo	168
6.7. O papel do Ministério Público do Trabalho nos dissídios coletivos.....	171
6.8. Dissídio coletivo ajuizado pelo Ministério Público do Trabalho...	173
6.9. Sentença normativa	174

6.10. Dissídio coletivo de greve de servidores públicos estatutários.....	176
6.11. Antecipação dos efeitos da tutela.....	182
6.12. Coisa julgada formal e material na sentença normativa.....	183
7. Ação de cumprimento.....	186
7.1. Conceito.....	186
7.2. Natureza jurídica da ação de cumprimento.....	189
7.3. Competência.....	190
7.4. Objeto da ação de cumprimento.....	191
7.5. Coisa julgada.....	192
7.5.1. Coisa julgada <i>erga omnes</i>	192
7.5.2. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	192
7.5.3. Coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i>	194
7.6. Litispendência da ação de cumprimento coletiva com a ação individual.....	205
8. Ação anulatória (de nulidade) de cláusula ou de acordo ou convenção coletiva de trabalho.....	205
8.1. Denominação.....	207
8.2. Natureza jurídica.....	208
8.3. Objeto.....	209
8.4. Legitimidade ativa.....	212
8.5. Legitimidade passiva.....	219
8.6. Competência material para julgamento das ações anulatórias...	220
8.7. Competência hierárquica ou funcional para julgamento das ações anulatórias.....	221

8.8. Reflexos processuais da decisão judicial	223
Capítulo V – Parceirização Jurisdicional Trabalhista	227
1. Origem	227
2. Conceito.....	228
3. Outras formas de parceria do parquet laboral	230
4. Princípios da parceirização jurisdicional trabalhista	240
4.1. Princípio do acesso ao sistema de justiça	240
4.2. Princípio da participação pelo processo e no processo.....	241
4.3. Princípio da tutela coletiva adequada.....	242
4.4. Princípio da boa-fé e cooperação das partes e de seus procuradores.....	242
4.5. Princípio do ativismo judicial.....	242
4.6. Princípio da flexibilização da técnica processual.....	243
4.7. Princípio da intervenção do Ministério Público em casos de relevante interesse social	244
4.8. Princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade.....	246
5. Natureza Jurídica do fenômeno da parceirização jurisdicional trabalhista.....	247
6. Procedimento.....	249
6.1. Competência material e funcional	250
6.2. Iniciativa e provocação da jurisdição	251
6.3. Designação de audiência preliminar	253
6.4. Diligências e diagnóstico econômico-financeiro do reclamado....	254
6.5. Designação de audiência com todos os interessados.....	255

6.6. Responsabilidade dos sócios e nomeação do gestor/administrador judicial.....	256
6.7. Reunião ou cumulação de processos atomizados	257
6.8. Comissão de gestão compartilhada e limitação do poder diretivo do empregador	257
6.9. Garantias do passivo trabalhista	259
6.9.1. Responsabilidade solidária dos sócios.....	260
6.9.2. Teoria ultra vires societatis	262
6.9.3. Responsabilidade da administração pública direta.....	263
6.10. Habilitação de credores trabalhistas	264
6.11. Rateio de créditos trabalhistas	264
6.12. Prestação de contas à comissão de gestão compartilhada	265
6.13. Requisição de informações e repasse de verbas.....	265
6.14. Celebração de acordo, conciliação judicial ou decisão judicial ...	266
7. O objeto material da parcerização jurisdicional trabalhista.....	268
8. O papel do poder judiciário trabalhista.....	270
9. O papel do Ministério Público do Trabalho.....	278
10. Estudos de casos concretos	284
10.1. O caso da conservação de empregos e manutenção de serviços de saúde em Cascavel, Estado do Paraná.....	284
10.1.1. Descrição do caso.....	284
10.1.2. Natureza dos direitos constitucionais em litígio.....	286
10.1.3. Eficácia da atuação conjunta do Ministério Público do Trabalho e da magistratura do trabalho	286

10.2. O caso da reabertura de hospital em Foz do Iguaçu	287
10.2.1. Descrição do caso	287
10.2.2. Natureza dos direitos e interesses.....	290
10.2.3. Eficácia da ação do Ministério Público e da magistratura trabalhista	290
Conclusões	293
Referências Bibliográficas	305
Rodapés.....	317